

A UNIVERSIDADE E A REFORMA AGRÁRIA: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E TRANSFORMANDO REALIDADES

Paulo Roberto Cardoso da Silveira¹
Cícero João Mallmann Genro²
Aline Weber Sulzbacher³
Fernanda de Figueiredo Ferreira⁴
Tiago Pereira⁵

No Brasil o exercício da Universidade de *ir ao campo* e inserir-se em realidades complexas, como é o caso dos assentamentos de reforma agrária, é um processo recente e significa ultrapassar a lógica do agente externo com intervenções pontuais em relação a demandas específicas. Enfrenta-se a necessidade de compartilhar e construir espaços de geração de conhecimentos, capazes de gerar respostas aos problemas econômicos, sociais e ambientais. Em tal contexto, necessita-se de novas metodologias e novas posturas dos acadêmicos como co-participes do processo histórico-social. Neste trabalho, temos por objetivo apresentar e refletir sobre a experiência do Programa Somar (2009-2011) criado a partir de convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com intuito de assessorar na implantação de empreendimentos agroindustriais, desde a elaboração de projetos técnicos até a adequação das instalações e equipamentos às exigências da legislação sanitária, ambiental e tributária, passando pelo controle da qualidade dos processos de operação e a formação das famílias assentadas na gestão estratégica, administrativa e operacional. A metodologia utilizada na execução do Programa Somar baseia-se na criação de Grupo de Trabalho em cada empreendimento, onde as famílias envolvidas na gestão e operação, as instituições parceiras desenvolvem processos pedagógicos de construção coletiva, voltados para o planejamento das ações, a partir da problematização sobre as realidades locais. Como resultados, observa-se progressiva adesão e revitalização das expectativas das famílias quanto as possibilidades de intervenção na realidade, valorização de seu conhecimento e atitude de co-responsabilização.

INTRODUÇÃO

¹ Professor Doutor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Coordenador do Programa Somar – prcs1064@yahoo.com.br

² Eng. Florestal e Acadêmico do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, Bolsista de Pós-Graduação do Programa Somar.

³ Doutoranda em Geografia (UNESP/FCT), Mestre em Extensão Rural, Acadêmica do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, membro da Equipe Somar;

⁴ Tecnóloga em Agropecuária: Sistemas de Produção; Acadêmica do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, Bolsista de Pós-Graduação do Programa Somar.

⁵ Administrador de Empresas e membro da Equipe Somar

Neste artigo, propomos apresentar um panorama sobre o processo de agroindustrialização dos produtos dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, atentando para o processo histórico de constituição dessa estratégia e como ela vem sendo construída internamente, principalmente a partir dos investimentos realizados pelo Programa Terra Sol operado pelo INCRA. Neste contexto, buscaremos focar a ação de ATES, a partir de um grupo de assessoria, constituído para potencializar a atividade realizada pelas prestadoras de serviço de ATES.

Portanto, a linha de construção do trabalho terá por base as vivências e reflexões construídas ao longo do trabalho desenvolvido junto aos assentamentos, aos grupos familiares, às cooperativas, às lideranças do MST, ao INCRA-RS, às Prefeituras Municipais, à Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), aos demais convênios mantidos pelo INCRA-RS como apoio ao serviço de ATES, dentre outros, dentro do escopo da assessoria prestada aos empreendimentos financiados pelo Programa Terra Sol no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse recorte operacional é proposto em função da infinidade de variáveis que interferem na organicidade e desenvolvimento de investimentos junto aos assentamentos rurais, trazendo a tona questões que, por muitas vezes, ficam alheias ao universo teórico, mas que tem igual importância, pois deixam transparecer a concepção e as diferentes formas de relação entre as possibilidades pensadas, as políticas projetadas e as realidades vivenciadas.

O viés metodológico segue a concepção de planejamento e execução do Programa SOMAR (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica), que é resultante de convênio firmado no final de 2008 entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR 11) do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, o Programa Somar⁶ consiste em um núcleo de assessoria (a Equipe Somar) para orientação e qualificação de agricultores assentados e agentes de ATES envolvidos em projetos de agroindustrialização dos produtos de origem animal e vegetal nos assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul.

O Programa Terra Sol-INCRA (Ação de Fomento a Agroindustrialização, Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias), criado em 2004, passou a viabilizar recursos federais para fomentar a diversificação produtiva dos assentamentos, seja no âmbito do processamento, da comercialização ou mesmo da criação de novas linhas produtivas. O Programa tem por objetivo “criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da Reforma Agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados” (MDA, 2009) e, conforme a Norma de Execução Nº 76 “propiciar o incremento de renda nos Projetos de Assentamento, através de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais”.

No entanto, mesmo antes dos investimentos do Programa Terra Sol, os assentamentos rurais do RS já contavam com apoio de políticas públicas federais e desenvolviam iniciativas voltadas tanto para produção, quanto para processamento e

⁶ Outras informações: http://www.terrasolrs.com/acoes_somar/acoes_somar.html

comercialização de forma coletiva. Especialmente, no caso das estratégias que investiram no processamento dos produtos de origem animal e vegetal, algumas delas são referências pela organização e capacidade de gestão que alcançaram. Com o Programa Terra Sol houve um acréscimo nos investimentos e, de acordo com último detalhamento do Programa, foram atendidas (direta e indiretamente) cerca de 60% (8.291) das famílias⁷ assentadas no Estado, sendo que atualmente há mais de vinte empreendimentos em fase de construção ou de implantação, frutos desse trabalho, sem contar demais ações localizadas (como os resfriadores e tanques estacionários, equipamentos para qualificação da atividade leiteira). Porém, esse processo está longe de alcançar os objetivos a que se propõem. E são a estes 'entremeios' que vamos nos dedicar aqui.

DA INDÚSTRIA PARA A AGROINDÚSTRIA: CONCEPÇÃO DOS PROJETOS

Os assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul vêm apostando numa estratégia produtiva diferenciada nos últimos anos. Esse processo nasce a partir da leitura por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, de que a agregação de valor dos produtos agropecuários provenientes dos assentamentos não passa somente pela criação de uma estratégia de processamento e/ou beneficiamento centralizada (com grande aporte de recursos financeiros, tecnológicos e humanos); e de que a unidade de produção familiar ao estar restrita à produção e comercialização de produtos agrícolas *in natura* acaba por comprometer sua reprodução. Portanto, o processamento dos produtos agropecuários de origem animal e/ou vegetal passa a se colocar como uma possibilidade para resgatar uma atividade que foi, historicamente, apropriada pela indústria.

Cabe destacar aqui, que essa concepção de 'agroindústria' está um tanto desconectada com o debate que se faz entorno da 'agroindústria familiar' no caso das políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Nesta situação, o empreendimento resguarda características que geralmente estão imbricadas com o 'saber-fazer' e a 'tradição familiar' de processamento ou beneficiamento de determinado produto (Sulzbacher e Silveira, 2009; Sulzbacher e David, 2008; Guimarães e Silveira, 2007; Silveira et al, 2006; Zimmermann, 2006). Um conhecimento construído e mantido de forma inter-geracional e onde a co-evolução com o agroecossistema permitiu desenvolver técnicas e saberes que permitem agregar aos produtos uma característica diferencial ou, em muitos casos, típica àquele território. Poderíamos citar aqui muitos exemplos, sendo os mais tradicionais o caso dos queijos, salames, vinhos, cachaça, melado, "cucas", etc... como produtos típicos deste perfil de empreendimentos.

Por outro lado, ao trazer a concepção de 'agroindústria' para os assentamentos rurais, a primeira dificuldade colocada é a desconexão entre o saber da agricultura⁸ e as

⁷ No Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com últimos dados do Incra (2009), há 330 projetos de assentamentos (inclui-se assentamentos estaduais, federais, re-assentamentos por atingidos por barragens, particulares), com área total cerca de 286.514 mil hectares com capacidade estimada em 13.591 mil famílias.

⁸ Este termo agri-cultura foi utilizado por Balen e Silveira (2002), para fazer referência ao saber construído pelos agricultores em seu fazer agrícola cotidiano. Busca-se diferenciar deste saber

propostas de estruturas de processamento de alimentos baseadas nos ensinamentos da área de tecnologia de alimentos e na legislação sanitária. Deste modo, muitas vezes trata-se de uma atividade desconhecida para as famílias assentadas, o que causa uma necessidade de aprendizagem nos aspectos de processar, comercializar e, freqüentemente, aprender a produzir matérias-primas que não fazem parte do cotidiano dos assentamentos.

Assim, agravam-se as dificuldades, normalmente causadas pela migração populacional que o processo de assentamento gera, deslocando famílias com um perfil produtivo para outras regiões onde esse conhecimento não pode ser utilizado para prática agrícola. Como consequência, temos um distanciamento entre a agri-cultura das famílias assentadas e o agroecossistema local. Um exemplo clássico dessa situação é o das famílias rurais da porção norte do Estado e que, dado processo de aquisição de terras pelo INCRA, foram assentadas na porção sul, com outras condições agroecológicas, totalmente adversas ao meio em que habitualmente viviam e onde desenvolveram seu saber ou o receberam como legado intergeracional.

Nessa conjuntura, em muitos casos, as famílias levaram ao menos 10 anos para se adaptar. Essa adaptação significa passar por um processo de tentativa de produção das culturas conhecidas e, especialmente, utilizando as práticas agrícolas convencionais, levando a sucessivas frustrações que desencadeiam a percepção da necessidade de mudança e de dominar novas técnicas, como é o caso da produção de arroz que, em função da presença de áreas de várzea, em alguns assentamentos, obrigou as famílias a se dedicarem ao domínio das técnicas de produção de arroz.

Isso significa que o processo de construção de uma agroindústria que tenha conexão com o saber-fazer ou tradição cultural das famílias se torna mais complexo. Em especial, porque não há espaço para tal discussão, ou em função dos condicionantes geográficos, seja de localização (áreas isoladas e de difícil acesso), seja das restrições colocadas para grande parte das atividades agrícolas ou pecuárias (restrição hídrica, solos arenosos ou pedregosos, etc...); ou em função da falta de coesão política e social das áreas assentadas.

Portanto, a concepção (e, principalmente, discussão) do processo de agroindustrialização fica comprometido em sua base. Para superar tal situação, o diagnóstico inicial precisaria considerar as limitações colocadas e tentar apontar as possibilidades produtivas e de beneficiamento, principalmente em função de que é fundamental garantir a agregação de valor (especialmente pela produção das matérias-primas, tendo em vista a tentativa de viabilizar também as unidades de produção familiar), e, também, para ganhar 'tempo' entre produção-consumo (fator fundamental quando trabalhamos com produtos altamente perecíveis).

Essas dificuldades causada pela ausência deste diagnóstico inicial, tiveram peso importante para que o MST, em suas primeiras formas de organização produtiva nos assentamentos, idealizasse grandes unidades para fazer frente às grandes empresas do setor agroindustrial, investimento em áreas estratégicas (como a região metropolitana) e com condições políticas para consolidar processo de gestão condizente. Outro fator importante foi, mais uma vez, a busca de manter distanciamento do capital agroindustrial,

daquele introduzido pelo processo de modernização da agricultura baseado na pesquisa agrícola e trazido ao rural pelos agentes externos.

investindo em estruturas produtivas que permitissem atender uma demanda da sociedade e mantivessem um relativo grau de autonomia para as famílias assentadas.

Os recursos financeiros necessários aos investimentos giravam entorno das possibilidades de emendas parlamentares, de recursos obtidos junto ao MDA (Programas Especiais para Reforma Agrária) e de recursos a fundo perdido, recebidos na implantação dos assentamentos por conta dos investimentos voltados ao estabelecimento de estruturas produtivas junto aos assentamentos.

Tal conjuntura muda com a implementação do Programa Terra Sol, especificamente, no Estado do Rio Grande do Sul, onde atua principalmente sobre cinco eixos: 1) resgate da utilização de moinhos coloniais; 2) desenvolvimento da cadeia produtiva do arroz ecológico; 3) desenvolvimento da cadeia produtiva do leite; 4) divulgação e implementação de feiras; 5) desenvolvimento da fruticultura no Rio Grande do Sul.

Atualmente, o INCRA/RS tem convênio firmado com Prefeituras Municipais a fim de viabilizar as ações de implantação do Programa Terra Sol nos assentamentos rurais. Muitos dos problemas enfrentados para a consolidação destes empreendimentos estão associados ao fato de que foram propostas introduzidas a partir de avaliação de agentes externos aos assentamentos, sem atender em muitos casos o interesse da população beneficiada. Até então, o Terra Sol tem se colocado como um programa que pensa e viabiliza as infra-estruturas, mas ainda enfrenta dificuldades de incluir as pessoas no processo, principalmente, quando se trata de gestão coletiva.

Para atender a essas lacunas, o INCRA-SR11 buscou assessoria da UFSM, junto ao Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural com professores que vinham desenvolvendo ações na área de agroindústria e de unidades de produção familiar. Nesse processo, nasceu o Programa Somar, o qual se consolidou oficialmente ao final do ano de 2008 e iniciou suas atividades com as metas de (1) acompanhar os convênios (firmados com as Prefeituras) em execução; (2) realizar diagnóstico da situação das unidades de processamento já existentes; (3) assessorar as unidades já existentes e aquelas em fase de implantação; (4) elaboração de projetos para unidades futuras; (5) formação continuada dos assentados, equipes técnicas, lideranças locais e regionais.

Para sua execução, realizou-se seleção pública para compor a Equipe Somar, prevendo dois técnicos de nível superior e um de nível médio para áreas de qualidade de alimentos, planejamento e gestão, comunicação e marketing. Além da seleção de um quadro de bolsistas (dois de pós-graduação e um de graduação) para dar suporte a equipe⁹.

No trabalho da Equipe, definiu-se como metodologia orientadora das ações junto aos empreendimentos Terra Sol, a construção coletiva do conhecimento e aprendizado conjunto em espaços denominados de Grupos de Trabalho. Nestes espaços, reúnem-se as lideranças dos assentamentos onde se encontram os empreendimentos Terra Sol, os futuros gestores e operadores destes, os profissionais de ATES, os representantes das prefeituras municipais, dos demais convênios de assessoria ao programa de ATES, coordenados pela equipe SOMAR.

⁹ No decorrer do trabalho foi percebida a necessidade de inclusão de um arquiteto para elaboração das plantas dos empreendimentos e um administrador para atura junto a questão da viabilidade econômica dos empreendimentos.

A IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES E O CENÁRIO ATUAL

Até a implantação das unidades de processamento há toda uma trajetória construída. Por um lado, essa trajetória acontece internamente ao Movimento social, através de sua estrutura organizacional (liderada pela COCEARGS- Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do RS), onde se propõe as demandas e as prioridades para cada ano fiscal, as quais são discutidas com grupo Gestor do Programa Terra Sol e avaliadas em suas condições de viabilidade sócio-econômica. A partir disso, até o surgimento do programa SOMAR¹⁰, os projetos passavam pelo crivo interno do INCRA com sua aprovação ou refutação.

Com a aprovação, inicia-se um processo de construção com as Prefeituras Municipais para firmar convênio e demais acordos, envolvendo as contra-partidas e responsabilidades. Sendo assim, o convênio passa a ser executado a partir da ação e controle da Prefeitura com supervisão direta do INCRA-RS.

As determinações legais fazem com que o INCRA-RS tenha que repassar os recursos para prefeituras municipais, sendo estas encarregadas de licitar as obras civis e a aquisição de equipamentos. As principais dificuldades de operação dos convênios são em função da falta de estruturas com capacidade e agilidade nas esferas municipais para operacionalizar os trâmites legais e as freqüentes pendências nas prestações de contas por parte dos poderes públicos municipais diante das instituições federais, o que acaba atrasando o repasse de recursos.

Coube a equipe SOMAR atuar em um dos gargalos do processo, onde anteriormente as prefeituras municipais acabavam elaborando projetos deficientes por desconhecimento de seus profissionais da área de agroindustrialização ou por falta de condições de realizar análises mais criteriosas das propostas recebidas das organizações demandantes, seja INCRA-RS ou das Cooperativas filiadas à COCEARGS. Deste modo, muitos convênios tiveram problemas operacionais, devido a deficiências de natureza técnica e legais nos projetos, os quais significavam a necessidade de adequações aos projetos de engenharia e/ou equipamentos, aditivos de prazo ou de valor, devido a defasagem entre investimento projetado e o realmente necessário para legalizar estes empreendimentos.

Um exemplo dessa situação é o caso dos investimentos realizados na linha de produção de grãos, especialmente aqueles voltados para os moinhos coloniais (Eixo 01), onde houve um investimento total de R\$ 1.906.537,64 distribuídos em 06 empreendimentos. Destes, 04 estão localizados na porção sul do Estado e foram construídos a partir da avaliação interna e da perspectiva de atender a demanda regional (ou seja, em assentamentos 'centrais'). No entanto, a viabilização das estruturas físicas (ainda alicerçada na concepção de que a infra-estrutura é fator essencial para o desenvolvimento) não se colocou como o fim dos problemas. A partir das estruturas, inicia-se uma mobilização nos assentamentos (cabe lembrar que são estruturas regionais) em função da produção de

¹⁰ Com o trabalho do SOMAR, cabe a equipe de assessoria qualificar a demanda junto aos beneficiários, fornecendo elementos para que o INCRA-RS possa decidir pela concessão ou não de recursos para viabilizar o projeto de implantação do empreendimento agroindustrial.

matéria-prima, gerando uma grande expectativa dentre os assentados mas também desconfiança diante da viabilidade dos empreendimentos.

No entanto, entre a aprovação do projeto até sua implantação e inauguração, decorre-se algum tempo que, de acordo com a realidade atual, perdurou em um dos casos por mais de 04 anos. Nesse meio-tempo, desenvolvem-se ações em meio a uma situação de descrédito, desconfiança e falta de perspectivas para as famílias assentadas.

Portanto, em 2009, quando iniciaram-se as atividades no Programa Somar, as primeiras orientações foram no sentido de assessorar as prefeituras, no sentido de garantir a execução das licitações (da obra e dos equipamentos) tendo em vista a necessidade de encerrar os convênios. Para um segundo momento, iniciou-se um processo de constituição dos Grupos de Trabalho¹¹ a fim de construir um processo de discussão entorno das diferentes questões que envolvem a consolidação dos empreendimentos (planejamento e gestão, do fluxo de produção, das implicações e necessidades em função das Licenças Ambientais e Sanitárias).

É a partir da consolidação do Grupo de Trabalho que são tomadas as decisões estratégicas sobre a gestão dos empreendimentos, inseridas em um processo de planejamento participativo. A fim de atender essa prerrogativa, utiliza-se alguns referencias baseados em ferramentas metodológicas, como por exemplo, a moderação visual móvel (Figura 01 e 02).



Figura 01 e 02 – Imagens da sistematização da discussão a partir da metodologia de moderação visual móvel

O passo seguinte é a análise de situação da realidade local, usando para tal a metodologia das Fraquezas x Oportunidades e Fortalezas x Ameaças (conhecida como

¹¹ Os Grupos de Trabalho (GT) são formados a partir da participação das diferentes entidades envolvidas com o empreendimento (Prestadoras de Serviço da ATES, outros convênios do Inkra, Prefeitura Municipal, ONGs, etc), a comissão do assentamento responsável pelo empreendimento, Articuladores de ATES e a Equipe Somar. É no GT que são realizadas as discussões, planejamento, definição de metas, prazos e dos responsáveis. O GT reúne mensalmente ou de acordo com evolução das discussões.

FOFA¹²), afim de que se possam compreender coletivamente quais os pontos de estrangulamento internos e externos, bem como as potencialidades locais.

A partir da FOFA, discute-se a viabilidade econômica do empreendimento, usando a metodologia desenvolvida pela ONG Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA). A discussão de viabilidade econômica é um dos pontos mais delicados do processo de planejamento e gestão dos empreendimentos, em função da expectativa que as famílias construíram em torno da atividade.

Após as experiências frustrantes, tanto produtivas, quanto de cunho de organização social, o empreendimento se coloca como uma nova possibilidade e para que aconteça a adesão efetiva das famílias será necessário superar as barreiras do medo e da baixa-estima. E, para tal, é preciso tornar o processo o mais democrático e participativo possível, destacando principalmente que o planejamento é um processo para “antever” e se organizar para atingir os objetivos e metas pretendidas. Sendo assim, a ‘viabilidade’ passa a ser sócio-econômica, pois implica na necessidade de re-organização social, de construção de um ambiente de coesão política, de consolidação de um grupo gestor, dentre outros. A viabilidade passa a ser discutida de forma ampla e, como lembra material didático da Capina “é a avaliação antecipada das condições que precisam ser cumpridas para que um empreendimento econômico atinja os resultados que dele se esperam”.

Outro ponto que geralmente ‘assusta’ as comunidades é o ‘tamanho da obra’. Os empreendimentos foram construídos, em muitos casos, numa estrutura super-dimensionada, porém os equipamentos não possuem capacidade operacional condizente com a estrutura. O caso dos moinhos coloniais é o mais típico, pois o moedor tem capacidade de 02 sacas de milho por hora (para produção de farinha de milho) e de 01 saca de trigo por hora (para produção de farinha). Portanto, a linha de produção precisa ser explorada com outras alternativas, como a secagem de grãos (feijão, milho, pipoca, chás, etc.) para otimizar o uso destes equipamentos (pré-limpeza, secador de grãos). De qualquer forma, esses ajustes operacionais só serão possíveis após a discussão de planejamento, a qual dará as condições para formar as noções que envolvem a gestão, e também o processo de operação onde haverá a necessidade de progressivamente ajustarem-se os saberes, a técnica de operação e as possíveis alternativas para ampliar o uso da estrutura disponível.

Através da tomada de consciência da situação (através da FOFA) e da viabilidade socioeconômica, discutem-se as decisões estratégicas que envolvem o circuito espacial de produção entorno do empreendimento, centrando nos seguintes pontos: matéria-prima; mão-de-obra; escala; mercado. A discussão desses pontos é delicada e polêmica em muitos aspectos, especialmente, quando adentra-se na função da logística e, por outro lado, eles estão inter-conectados, de modo que não é possível decidir sobre algo de forma isolada.

Esse processo tem evoluído de forma positiva, na medida em que a discussão interna nos assentamentos promoveu a criação de comissões responsáveis pelo empreendimento. Essa comissão é composta por duas lideranças de cada assentamento e elas assumem papel de discutir internamente e de difundir o debate realizado no Grupo de

¹² Trata-se de adaptação do conhecido método SOWT, desenvolvido pelo norte-americano Michael Porter, sendo amplamente usado na área de planejamento empresarial e também em planejamento estratégico voltado a gestão pública.

Trabalho. São essas lideranças, por exemplo, que fazem o levantamento das famílias interessadas em dedicar uma pequena área para produção voltada ao empreendimento ou que reúnem os núcleos de base para socializar os debates e tomar as decisões necessárias.

A partir da constituição e articulação dessa rede interna, o processo garante suas bases e tem como evoluir de modo que os princípios da democracia e da transparência estejam sempre presentes. Portanto, no debate sobre produção de matéria-prima, define-se um planejamento e organização da produção para cada estação do ano e de cada cultura que pode atender a linha de produção. Nesse trabalho, a ação em parceria com outras instituições, como a Embrapa¹³ e as Prestadoras de Serviço de ATEs, tem sido fundamental, principalmente pela importância de discutir e dimensionar os custos de produção e as possibilidades de uso dos recursos da unidade de produção familiar¹⁴.

Outro ponto das decisões estratégicas é a discussão sobre a mão-de-obra necessária ao funcionamento do empreendimento. Nesse sentido, tem-se pautado a importância da formação continuada, em função de que muitos assentados não têm experiência prévia na área de beneficiamento ou processamento das matérias-primas, o que implica em muitas dificuldades na operação dos empreendimentos e na falta de conhecimento sobre todos os aspectos que envolvem o funcionamento de uma agroindústria. Deste modo, a formação faz parte desta estratégia de construção coletiva de conhecimentos, tendo como princípios orientadores a valorização do saber de cada um e a realidade específica de cada região onde se encontra os empreendimentos.

A escala de produção perpassa por todos os debates e aparece sempre como pano de fundo das decisões e da forma de organização necessária¹⁵ para garantir bom fluxo de produção-processamento-comercialização. Mas, além disso, a escala também é uma questão que recebe atenção especial durante discussão da viabilidade socioeconômica do empreendimento e, portanto, ela é retomada aqui para reforçar sua pertinência e apontar para linhas de decisão em relação ao que se espera de fluxo operacional, visando atender as metas propostas.

Tudo isso está intimamente ligado às relações que se pretende estabelecer com o mercado. Portanto, nem sempre se percebe de forma clara a preocupação dos assentados em relação a comercialização dos produtos. Se lembrarmos que esses empreendimentos estão localizados em regiões interioranas e que há um histórico associado às dificuldades

¹³ INCRA-RS tem convênio com Embrapa-RS, intitulado CONFIE (Convênio Incra-Fapeg-Embrapa).

¹⁴ Á título de exemplo, cabe citar caso do PA Glória, no município de Pedras Altas/RS, onde a pauta de discussão sobre matéria-prima proporcionou aos assentados a correlação entre custos de produção da lavoura de trigo, em sistema de cultivo convencional ou então usando insumos orgânicos, como é o caso de compostos elaborados na propriedade a partir dos resíduos disponíveis. No caso do PA Conquista do Jaguarão, no município de Aceguá/RS, a discussão sobre produção de trigo motivou os assentados a formarem grupos de produção, otimizando uso da infra-estrutura necessária para produção e, também, a partir da participação da Prefeitura Municipal no GT foi possível articular processo onde os assentados que vão produzir para o moinho colonial, terão prioridade no atendimento realizado pela patrulha agrícola (conjunto de equipamentos para preparo do solo e plantio de propriedade da administração municipal).

¹⁵ Como, por exemplo, organizar famílias para garantir produção mínima e o controle de qualidade das sementes e da matéria-prima que se deseja.

de deslocamento e comunicação entre assentamentos e os centros comerciais, fica de fácil compreensão essa postura. No entanto, nesse momento, destaca-se a importância do papel do extensionista como mediador, atentando para o papel social do empreendimento e do número de famílias assentadas no entorno do empreendimento¹⁶, promovendo assim a discussão sobre a soberania e segurança alimentar dos grupos familiares.

Além desse mercado interno, outras possibilidades já se fazem presentes, como é o caso dos mercados institucionais (CONAB e Merenda Escolar), as feiras municipais e regionais, além dos espaços de comercialização gestados pela COCEARGS, como é o caso da banca dos produtos da Reforma Agrária no mercado público de Porto Alegre/RS. Porém, a discussão sobre mercado envolve outras nuances, como a consolidação de um padrão de qualidade e das vantagens de se constituir uma articulação em rede, já que são 06 unidades na linha de grãos. Esse processo também tem sido contemplado nos debates, ainda de forma incipiente, mas com alguns planos já alicerçados em conjunto¹⁷.

Por fim, como apontamento, poder-se-ia frisar que o processo tem seu tempo e seu espaço específico. Portanto, entre o papel (mundo das possibilidades) e o caminhar concreto há um 'sem fim' de questões, muitas delas imprevisíveis durante o planejamento, mas que estarão concretamente presentes na gestão, no fluxo de produção, na operação do empreendimento em seu cotidiano. Por outro lado, participar desse processo exige do profissional além da responsabilidade, um compromisso com a causa social e com a sociedade, pois afinal são investimentos públicos e há um conjunto significativo de famílias cuja sobrevivência está condicionada à capacidade desta alternativa (empreendimentos financiados com recursos Terra Sol) alcançar sua viabilidade e consolidação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PERTINENTES EM UM PROCESSO INCONCLUSO

A partir do histórico levantado e das ações realizadas no período de 2009 a 2011 pelo Programa SOMAR, pode-se observar que o processo de definição e construção dos empreendimentos ainda está descolado das realidades locais, seja pelo tamanho das infra-estruturas, sua localização ou seu processo de discussão que acontece geralmente sem uma problematização do papel que esses empreendimentos têm no desenvolvimento regional e sua adequação às condições dos grupos familiares.

É nesse complexo cenário que se colocam os desafios de consolidar uma estratégia para agregação de valor nos assentamentos, mas que está longe de alcançar sua plenitude, tendo em vista as questões discutidas aqui.

Por outro lado, o Programa Terra Sol representa para os assentamentos rurais do Estado do Rio Grande do Sul, a possibilidade de garantir apoio, tanto de suporte financeiro quanto de assessoria técnica para a construção e consolidação de atividades complementares à atividade agrícola, como é o caso das agroindústrias rurais. Nos últimos 04 anos, o Programa tem ampliado seu leque de ação atendendo as demandas colocadas pelo público assentado, visando a consolidação de estratégias de agregação de valor, mas

¹⁶ No município de Canguçu, por exemplo, são 470 famílias.

¹⁷ Princiamente, no tocante a compra de embalagens e parceira de comercialização.

que também possam contribuir para qualificar e aumentar a disponibilidade de alimentos, efetivando a segurança alimentar e nutricional das famílias. Outro aspecto importante do programa é a capacidade de articular a produção de alimentos, tanto para subsistência familiar como para inserção de produtos na cadeia produtiva, visando otimizar uso das estruturas instaladas.

No entanto, há muito para avançar. Para além do saldo positivo, temos também várias dificuldades e pontos que o Programa Terra Sol precisa explorar. Nesse caso, pode-se enumerar questões como a necessidade de re-construir o trabalho cooperativo, de fomentar a organização das famílias assentadas, de consolidar o circuito espacial de produção-processamento-comercialização, de investir em produtos e sub-produtos diferenciados, etc.

Nesse cenário, uma das propostas que vem se construindo em nível institucional são as ações colaborativas. Para que possamos avançar e qualificar a ação do Programa Terra Sol no Estado do Rio Grande do Sul avalia-se atualmente a necessidade de articular o trabalho de forma que se possa envolver todas as entidades vinculadas e comprometidas com o desenvolvimento dos assentamentos rurais e, portanto, com a Reforma Agrária. Desta forma, o desafio colocado está na consolidação dos Grupos de Trabalho. A ação colaborativa se pretende construir a partir das diferentes contribuições destes atores no processo, mediada pela elaboração de um plano de ação conjunto que será fruto da interação de concepções, ações e responsabilidades.

Além do mais, um vigoroso processo de formação está em curso em 2011, o qual tem como linhas centrais a gestão dos empreendimentos e as capacitações em Boas Práticas de Fabricação, elementos fundamentais para imprimir um caráter construtivista ao processo de elaboração dos planos de gestão e operação de cada empreendimento a ocorrer de forma coletiva (espaços que unem os empreendimentos Terra Sol) e espaços individuais nos GTs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, V. P. e GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa/familiar**: o mito da viabilidade. Francisco Beltrão/PR: ADMR, 2006.

GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIOR, L. C. Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). In.: In.: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008, p. 01-22.

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**. Florianópolis. v. 10, n. 4, dez. 1997, p. 8-13.

RAUPP, A. K. **Políticas Públicas e Agroindústria de Pequeno Porte da Agricultura Familiar** – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

REQUIER-DESJARDINS, D. Les Systèmes agroalimentaires localisés em Amérique latine: um facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale sur des marchés globalisés. In: **Économies et Sociétés**. Série Systèmes agroalimentaires. A.G. n° 25, 9-10, 2002.

SILVEIRA, P. R. C. da et al. O Turismo e a Recriação das Agroindústrias Rurais Tradicionais. In.: V Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento. **Anais... CITURDES**. Santa Maria: UFSM, 2006.

SILVEIRA, P. R. C. da. e ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar. In.: FROELICH, M. & DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

SULZBACHER, A. W. e DAVID, C. de. Alternativas para o Espaço Rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. In.: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. v.3, p.14 - 37, 2008a.

SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. C. da. Os conflitos na gestão das Agroindústrias Familiares Rurais em função das diferentes concepções de risco ambiental. In: 12do Encuentro de Geografos da America Latina. **Anais...** Montevideo: Universidad de La República, 2009. v. XII. p. 1-15.

SULZBACHER, Aline Weber; DAVID, Cesar de. **Agroindústria Familiar Rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural**. Geosul (UFSC) v. 24, p. 69-90, 2009.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria familiar. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano VII (01), Jan-Mar, 1998, p. 11-23.

ZIMERMANN, S. A. **Universo alimentar e qualidade do alimento: uma construção social**. CPDA. 2006.